23 de setembro de 2024
CONTAS NACIONAIS ANUAIS (BASE 2021)
2022(final) e 2023 (preliminar)

NOVA SÉRIE DE CONTAS NACIONAIS PORTUGUESAS PARA 1995-2023

Em 2023 o valor do Produto Interno Bruto (PIB) foi 267 384 milhões de euros, tendo registado aumentos em volume de 7,0% e 2,5% em 2022 e 2023, respetivamente.

O Instituto Nacional de Estatística divulga uma nova série de informação de Contas Nacionais anuais, tendo como referência o ano de 2021, que substitui a anterior base 2016. A base 2021 disponibiliza informação consistente e completa para o período 1995 a 2023, tendo os dados do último ano uma natureza preliminar.

A base 2021 incorpora nova informação de base relevante, com destaque para os resultados dos Censos 2021, do Inquérito às Despesas das Famílias 2022, a nova série da Balança de Pagamentos e a informação do e-fatura, como complemento à informação da Informação Empresarial Simplificada (IES). Foram também implementadas melhorias metodológicas, nomeadamente no processo de cálculo do Consumo de Capital Fixo, em conformidade com recomendações recentes do Eurostat, o ajustamento da delimitação setorial da economia, com maior incidência no setor das Instituições Sem Fins Lucrativos e a atualização dos modelos hedónicos de cálculo das rendas imputadas.

Comparativamente com os últimos resultados divulgados na base 2016 para o ano de 2021, aquele em que a natureza da informação é verdadeiramente comparável por serem dados finais em ambas as bases, o PIB foi revisto em +440,5 milhões de euros, equivalente a 0,2%. Para 2022, a revisão do PIB foi de 1 616 milhões de euros (0,7%). Note-se que os resultados agora divulgados para 2022 refletem não apenas a nova base de referência, mas sobretudo correspondem à versão final da informação, substituindo a anterior versão provisória.

A taxa de crescimento real do PIB foi agora estabelecida em 7,0% para 2022 e 2,5% para 2023, traduzindo revisões, em valor, de 0,7% face aos resultados anteriores. Em termos nominais, o PIB aumentou 12,7% em 2022 e 9,6% em 2023, que compara com crescimentos de 12,2% e 9,6% na versão anterior.

Com a base 2021, a economia portuguesa apresentou uma capacidade/necessidade de financiamento marginalmente melhor (0,1 p.p. do PIB em média anual) que na base anterior. Em 2021, o ano de referência, a capacidade de financiamento melhorou de 0,6 para 0,8 p.p.. No ano seguinte registou-se uma necessidade de financiamento equivalente a 1,3% do PIB em 2022, recuperando a capacidade de financiamento no ano seguinte, para 1,6% do PIB.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga uma nova base de Contas Nacionais, tendo 2021 como ano de referência. A base 2021 disponibiliza informação consistente e completa para o período 1995 a 2023, tendo os dados do último ano uma natureza preliminar. Esta mudança de base insere-se nas revisões regulares, que se realizam de 5 em 5 anos, no quadro do Regulamento SEC e das recomendações do Eurostat, com o objetivo de

introduzir desenvolvimentos metodológicos, a incorporação de nova informação, especialmente de caráter plurianual e introduzir recomendações conceptuais e metodológicas emanadas do Eurostat e normalmente desenvolvidas em Task Force conjuntas com os Institutos de Estatística dos Estados Membro. Quanto a nova informação utilizada, destacam-se os resultados dos Censos 2021 e do Inquérito às Despesas das Famílias 2022, a nova série da Balança de Pagamentos e a informação do e-fatura, como complemento à informação da IES. Em termos metodológicos, é de realçar a introdução de um novo processo de cálculo do Consumo de Capital Fixo, baseado em parâmetros atualizados em conformidade com recomendações recentes do Eurostat, o ajustamento da delimitação setorial da economia, com maior incidência no setor das Instituições Sem Fins Lucrativos e a atualização dos modelos hedónicos de cálculo das rendas imputadas, a partir dos resultados dos Censos 2021.

O conjunto das alterações implementadas conduziu à reavaliação do valor do PIB obtido para 2021 em +440,5 milhões de euros (0,2%) face ao valor final apurado na base 2016 para o mesmo ano (ver quadro 2). A taxa de variação em volume foi revista de 5,7% para 5,6% e o deflator de 1,9% para 2%, mantendo-se inalterada a taxa de variação nominal do PIB em 7,7%.

Os resultados obtidos em base 2021 para os anos de 2022 (dados finais) e 2023 (dados preliminares) refletem uma revisão nominal do PIB de 0,7% face à base 2016 e resultam das alterações estruturais da mudança de base, da incorporação de informação atualizada ou não disponível anteriormente e ainda, no caso de 2022, do processo detalhado de cálculo das Contas Nacionais anuais finais. A compilação da versão final das Contas Nacionais baseia-se em fontes de informação de natureza mais sólida e completa que as versões anteriormente divulgadas, diferenciando-se da versão provisória principalmente pelo elevado grau de detalhe, quer ao nível da compilação, tratamento e análise da informação de base, quer em termos do quadro geral de equilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços (127 ramos de atividade económica x 433 produtos), a preços correntes e a preços do ano anterior, com que são construídas.

Na secção I deste destaque são apresentados os principais resultados obtidos para o período 2016 a 2023; na secção II são elencadas as principais alterações de fontes e metodologia; e na III surgem os principais resultados para 2022 (dados finais) e 2023 (dados preliminares).

Toda a nova série está disponível no portal do INE na área dedicada às Contas Nacionais, tendo sido criada uma nova "entrada", designada "Contas Nacionais - SEC2010, base 2021":

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais.

Para que não haja perda de informação, foram mantidas as anteriores entradas na mesma área para as bases 2006, 2011 e 2016.

De referir que alguns quadros mudaram a numeração, mas todo o conteúdo anteriormente publicado, nomeadamente em base 2016, continua disponível em base 2021.

I – Principais resultados macroeconómicos na base 2021

No quadro 1 são apresentados alguns dos principais resultados obtidos para o período posterior a 2016, o ano de referência da anterior base, destacando-se:

- O PIB cresceu, em média, 2,2% em volume, apresentando taxas de variação sempre positivas e superiores a 2% no período, com exceção de 2020, ano em que contraiu 8,2%, em resultado dos efeitos adversos da pandemia na atividade económica.
- O Consumo privado, que inclui a despesa das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF), cresceu 1,9% no período, ligeiramente abaixo do PIB. A taxa de variação crescente que se verificou até 2019 foi interrompida abruptamente pela pandemia em 2020, sendo os anos de 2021 e 2022 marcados por forte recuperação.
- O Consumo público foi o agregado que apresentou menor taxa de crescimento médio em volume (1,3%), com variações inferiores a 1% em cinco dos oito anos apresentados.
- O Investimento (Formação Bruta de Capital) apresentou taxas de variação positivas, com exceção de 2020, em que contraiu 4,8%. Este foi o agregado com maior crescimento médio no período (4,9%).
- As Exportações, embora tenham apresentado taxas de variação positivas no período, com a habitual exceção de 2020, foram menos dinâmicas que as importações, sendo de destacar o forte crescimento após a pandemia e o significativo abrandamento em 2023 (3,4%), inferior ao desempenho no início do período.
- As Importações foram o segundo agregado com maior crescimento médio (4,2%). Nos dois últimos anos apresentou variações de 11,3% e 1,7%, significativamente inferiores às exportações (17,2% e 3,4%), beneficiando o saldo externo de bens e serviços.
- Ao longo do período retratado, é visível a alteração na composição do PIB, reduzindo-se em 3,4 pontos percentuais (p.p.) o peso relativo do Consumo privado e 0,8 p.p. o do Consumo público, e o aumento do Investimento (4,5 p.p.), das Exportações (7 p.p.) e das Importações (7,3 p.p.).
- Nos primeiros seis anos, os deflatores do PIB e do consumo privado situaram-se sempre próximo ou abaixo de 2%, situação que se alterou significativamente nos dois últimos anos disponíveis, em que os valores mais que duplicaram.
- No período apresentado a economia registou ganhos nos termos de troca, sendo de destacar os anos de 2022 pela negativa (-3,4%) e 2023 pela positiva (5,2%).
- O PIB nominal per capita progrediu 5,0% em média, situando-se em 25 275 euros em 2023 (17 997 euros em 2016). Note-se ainda os fortes crescimentos observados em 2021 (7,5%), 2022 (12,0%%) e 2023 (8,5%). Há, no entanto, que sublinhar o contexto de inflação dos últimos dois anos, bastante superior ao restante período bem como a forte diminuição (6,5%) em 2020.
- O Rendimento disponível das famílias aumentou em sete dos oito anos apresentados.

- As Remunerações apresentaram variações positivas no período, ainda que residual no ano da pandemia (2020). Nos últimos três anos, assistiu-se a crescimentos mais intensos, o que é indissociável da situação inflacionária verificada.
- A média da Taxa de poupança das famílias rondou os 8,3% ao longo do período, tendo atingido o valor mais elevado (12%) em 2020 e o mais baixo em 2017 (6,5%).
- A economia portuguesa registou um saldo positivo com o resto do mundo em todos os anos apresentados, com exceção de 2022, em que apresentou uma necessidade de financiamento de 1,3% do PIB.
- Por setor institucional, destaca-se as Administrações Públicas, que apresentaram capacidade de financiamento em dois anos (2019 e 2023). Se excluirmos 2020, ano da pandemia, a média de necessidade de financiamento deste setor foi 1,0%. As Sociedades financeiras melhoraram de 1,9% do PIB em 2016 para 2,5% em 2023, tendo atingido o máximo (4,1%) em 2017. Já as Sociedades não financeiras agravaram a necessidade financeira ao longo do período, de 0,4% do PIB para -4,0% em 2023. As Famílias oscilaram entre o mínimo de 1,3% do PIB em 2022 e o máximo de 5,1% em 2020.
- O Emprego (medido pelo número de pessoas empregadas) apresentou sempre taxas de variação positivas, exceto em 2020, onde contraiu 2,0%. O crescimento médio no período foi 1,5%, 0,6 p.p. abaixo do PIB. Se recorrermos às horas trabalhadas, um indicador mais adequado para medir a intensidade de trabalho na economia, verifica-se um aumento de 1,3%, 0,2p.p. inferior á variação das pessoas empregadas. A diferença de dinâmica dos dois indicadores é particularmente vincada no ano da pandemia, em que as horas trabalhadas contraíram mais intensamente, e nos dois seguintes, em que se observou o oposto com a recuperação da atividade económica.
- A Produtividade real do trabalho cresceu 0,8% em média anual, tendo apresentado sempre variações positivas, atingindo o valor máximo (1,7%) em 2019.

Quadro 1. Principais indicadores económicos - Base 2021

	Unidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 Pe
PIB (ótica da despesa)	% (taxa de variação, volume)	**2,0**	**3,3**	**2,9**	**2,7**	**-8,2**	**5,6**	**7,0**	**2,5**
Consumo privado		2,4	1,8	2,6	3,5	-6,8	4,9	5,6	2,0
Consumo público		0,9	0,1	0,5	2,1	0,4	3,8	1,7	0,6
Formação bruta de capital		2,8	11,6	8,0	3,3	-4,8	10,5	4,9	2,0
Exportação de bens e serviços		4,7	8,4	4,3	4,0	-18,4	12,1	17,2	3,5
Importação de bens e serviços		5,2	8,0	4,9	5,1	-11,6	12,3	11,3	1,7
Estrutura do PIB	%								
Consumo privado		65,2	64,3	63,9	63,8	63,7	63,3	63,6	61,8
Consumo público		17,6	17,2	17,0	16,9	18,9	18,5	17,4	16,8
Formação bruta de capital		16,0	17,4	18,5	18,8	19,4	20,9	21,4	20,5
Exportação de bens e serviços		40,4	42,9	43,7	43,7	37,3	41,5	49,5	47,3
Importação de bens e serviços		-39,2	-41,9	-43,1	-43,1	-39,3	-44,3	-51,9	-46,4
Deflatores implícitos	% (taxa de variação)								
PIB (ótica da despesa)		1,9	1,5	1,9	1,8	2,1	2,0	5,3	6,9
Consumo privado		1,0	1,6	1,6	0,9	0,5	2,0	7,3	4,4
Termos de troca		1,6	-0,8	-0,5	0,8	1,5	-1,0	-3,4	5,1
PIB per capita a preços correntes	Euros	17 997	18 908	19 836	20 714	19 358	20 800	23 300	25 275
	% (taxa de variação)	4,0	5,1	4,9	4,4	-6,5	7,5	12,0	8,5
Rendimento disponível bruto das Famílias e ISFLSF	% (taxa de variação)	3,3	2,7	4,6	4,5	-0,9	5,6	8,9	7,2
Remunerações (massa salarial)		3,4	5,7	6,7	6,1	0,1	7,3	9,8	11,1
Taxa de poupança corrente das Famílias e ISFLSF	% do Rendimento Disponível	7,3	6,5	6,9	7,0	12,0	10,9	7,3	8,0
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento	% do PIB								
Total da economia		**1,8**	**2,0**	**1,5**	**1,3**	**0,1**	**0,8**	**-1,3**	**1,6**
Sociedades não financeiras		-0,4	-0,7	-2,3	-3,0	-2,1	-2,8	-4,4	-4,0
Sociedades financeiras		1,9	4,1	2,5	2,8	2,9	2,5	2,1	2,5
Administrações públicas		-1,9	-3,0	-0,4	0,1	-5,8	-2,8	-0,3	1,2
Famílias e ISFLSF		2,3	1,6	1,8	1,4	5,1	4,0	1,3	2,0
Resto do mundo		-1,8	-2,0	-1,5	-1,3	-0,1	-0,8	1,3	-1,6
Emprego (pessoas empregadas)	% (taxa de variação)	1,8	3,3	2,4	0,8	-2,0	1,4	3,7	1,0
Horas		1,3	2,3	2,7	1,0	-8,6	4,5	6,2	2,0
Produtividade real do trabalho		0,7	1,0	0,2	1,7	0,4	1,0	0,8	0,5

II – Base 2021 das Contas Nacionais Portuguesas – principais alterações de fontes e métodos; revisões em 2021

Com o presente destaque o INE inicia a divulgação da nova de série de Contas Nacionais Portuguesas, tendo 2021 como ano de referência. A atualização regular, com periodicidade quinquenal, do ano de referência das Contas Nacionais é recomendada pelo Eurostat e constitui prática corrente nos países da União Europeia,

permitindo a incorporação de nova informação estrutural e a introdução de melhorias nos métodos utilizados (incluindo novas recomendações decorrentes das discussões metodológicas a nível do Sistema Estatístico Europeu).

Simultaneamente com a publicação da base 2021, o INE disponibiliza séries retrospetivas, anuais e trimestrais, completas e consistentes, desde 1995 até ao segundo trimestre de 2024. A informação agora divulgada inclui, pela primeira vez, resultados detalhados finais para 2022, e resultados preliminares para 2023.

Em resumo, as principais alterações introduzidas foram de dois tipos:

a) Apropriação de nova informação:
   - Inquérito às Despesas das Famílias – IDF 2022/2023;
   - Recenseamento Geral da População e Habitação – Censos 2021;
   - Inquérito às Empresas do Comércio – IECOM 2021
   - Recenseamento Agrícola – RA 2019;
   - Nova série da Balança de Pagamentos;
   - Utilização de informação do e-fatura como fonte auxiliar;

b) Desenvolvimentos metodológicos:
   - Revisão geral do cálculo do Consumo de Capital Fixo, integrando as recomendações da *Task-Force* FIXCAP [1], que estabelece diversas alterações para harmonização entre os Estados Membro, nomeadamente vida útil por ativo, os perfis de sobrevivência de ativos e os perfis de perda de eficiência económica (*Task-Force* com a participação do INE);
   - Ajustamentos na classificação setorial de unidades institucionais, com particular relevo na reclassificação de unidades antes integradas no S15 (instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias - ISFLSF) e que transitaram para o S11 (sociedades não financeiras). Note-se que esta reclassificação assentou na análise dos rácios de mercantilidade das unidades e só foi possível pela utilização simultânea de diversas fontes, algumas apenas recentemente disponíveis na Infraestrutura Nacional de Dados, com destaque para o e-fatura;
   - Atualização dos modelos de preços hedónicos para o cálculo das rendas imputadas de habitação, com base nos dados dos Censos 2021.

A base 2021 conduziu à revisão do PIB em mais 441 milhões de euros (0,2%) em 2021

Como referido, estas alterações tiveram pouco impacto no nível do PIB, mas conduziram a algumas mudanças na sua composição.

- Tendo por referência o ano de 2021, a Despesa de consumo final das famílias foi revista 604 milhões (0,5%) em alta, traduzindo essencialmente: i) a despesa associada às ISFLSF reclassificadas do S15 para o S11, como mencionado; ii) a reavaliação do consumo de bens alimentares, traduzindo o efeito da

[1] DMES Task Force on Fixed Assets and Estimation of Consumption of Fixed Capital Under ESA 2010: https://ec.europa.eu/eurostat/documents/24987/19760111/task-force-fixcap-final-report.pdf/6ae7756a-509e-f4b8-4516-beb3c3328e8b?t=1723539577790

atualização (em alta) de diversas taxas de margem comercial; e iii) a subida do consumo de bens duradouros. Neste último caso, a subida teve como contrapartida a diminuição do consumo de "outros bens", em resultado da alteração da estrutura do IDF 2022/2023. Por fim, o consumo corrente não alimentar manteve-se praticamente inalterado, embora, como já referido, a componente de serviços tenha aumentado cerca de 400 milhões de euros (por via da despesa antes registada nas ISFLSF) e os outros bens não duradouros tenha diminuído (por "troca" com os bens duradouros).

Quadro 2. Revisão no ano base dos principais agregados da despesa

	2021 (10^6 €)		
	Base 2016	Base 2021	Revisão
Despesa de consumo final residentes	**177 585**	**177 183**	**- 402**
Despesa de consumo final das famílias	132 999	133 603	604
Consumo de bens alimentares	27 336	27 772	437
Consumo corrente não alimentar	100 956	100 937	- 18
Consumo de bens duradouros	11 530	11 779	249
Despesa de consumo final das ISFLSF (1)	4 198	3 456	- 742
Despesa de consumo final das AP (2)	40 389	40 124	- 264
Formação bruta de capital	**44 566**	**45 322**	**756**
da qual: Habitação	8 396	8 874	478
Exportações de bens e serviços	**89 450**	**89 950**	**500**
Exportação de bens (FOB) (3)	64 727	64 824	97
Exportação de serviços	24 723	25 125	403
Importações de bens e serviços	**95 548**	**95 961**	**413**
Importação de bens (FOB) (3)	79 958	79 999	41
Importações de serviços	15 590	15 962	373
Produto Interno Bruto a preços de mercado	**216 053**	**216 494**	**441**

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – "Free on Board"

- A revisão em baixa da despesa de consumo final das ISFLSF tem fundamentalmente duas causas: i) a já referida reclassificação de unidades, cuja atividade é inequivocamente mercantil[2]; e ii) a reavaliação em alta das receitas mercantis das unidades deste setor. Relativamente a esta última causa, note-se que, pela primeira vez, o INE dispõe de informação, através do e-fatura, que permite quantificar os pagamentos feitos pelas famílias às ISFLSF, sendo essa componente bastante superior aos valores estimados nas anteriores bases de Contas Nacionais.
- A Despesa de consumo das Administrações Públicas foi revista marginalmente em baixa (0,7%), fundamentalmente devido à reclassificação de algumas unidades institucionais e à revisão do valor das

[2] A definição de mercantilidade seguiu as regras estabelecidas no Sistema de Contas Nacionais e no Manual do Défice e da Dívida, em que, no essencial, as unidades institucionais cujas vendas cubram 50% ou mais dos custos de produção, incluindo custos líquidos de financiamento, são consideradas mercantis.

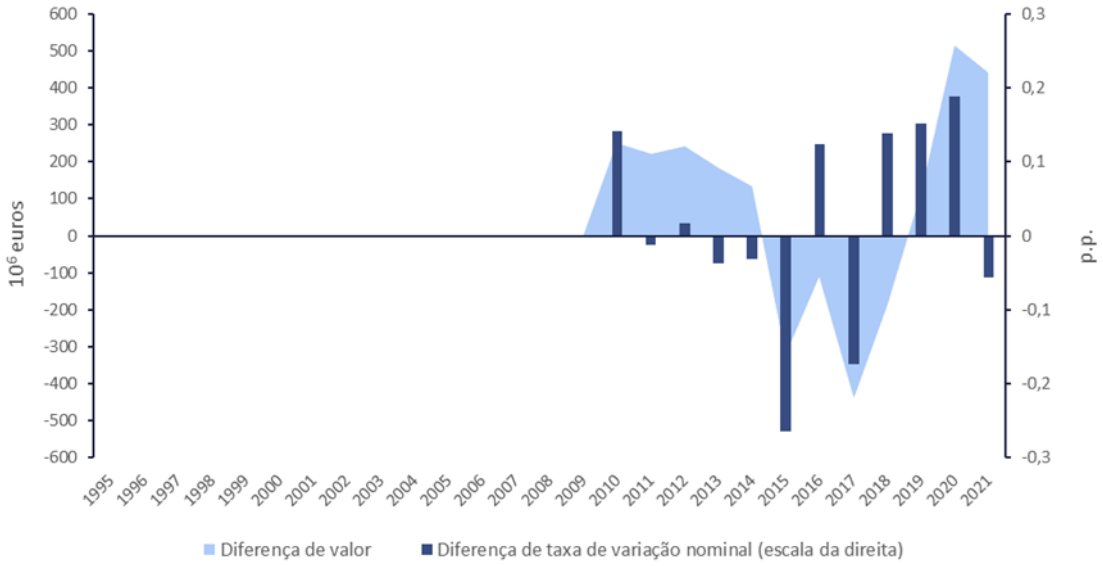
rendas de habitação recebidas pelas Administrações Públicas, em resultado da informação dos Censos 2021.

- A Formação Bruta de Capital (FBC) foi revista em 756 milhões de euros (1,7%), dos quais 63% se deveram à revisão do investimento em habitação. No essencial, esta alteração resultou da componente de habitação nova construída entre 2011 e 2021, que se encontrava subestimada no período intercensitário e foi atualizada com base na informação dos Censos 2021.
- A revisão ocorrida nas Exportações e Importações de bens e serviços ficou a dever-se essencialmente à componente dos serviços, em resultado de alterações mais significativas efetuadas pelo Banco de Portugal no apuramento da Balança de Pagamentos. Note-se que os trabalhos da mudança de base das Contas Nacionais, compiladas pelo INE, foram articulados com a revisão da Balança de Pagamentos, beneficiando da cooperação do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, com o objetivo de melhorar a qualidade dos dois conjuntos de informação e a respetiva consistência. Os maiores contributos para as revisões das importações de serviços tiveram origem nos serviços digitais, de transportes e de (re)seguro. Nas exportações de serviços, as maiores contribuições resultaram dos serviços informáticos e serviços prestados às empresas, rendas de habitações detidas por não residentes e serviços de transportes.

A revisão média anual do PIB no período de 1995 a 2021 foi 0,01%

Como se observa no gráfico seguinte, apenas ocorreram revisões no PIB a partir de 2010, sendo a revisão média anual neste período de 0,02%, observando-se o valor máximo (0,19%) em 2020 e o mínimo (-0,26%) em 2015.

Figura 1. Revisões do Produto Interno bruto - Base 2021 versus Base 2016



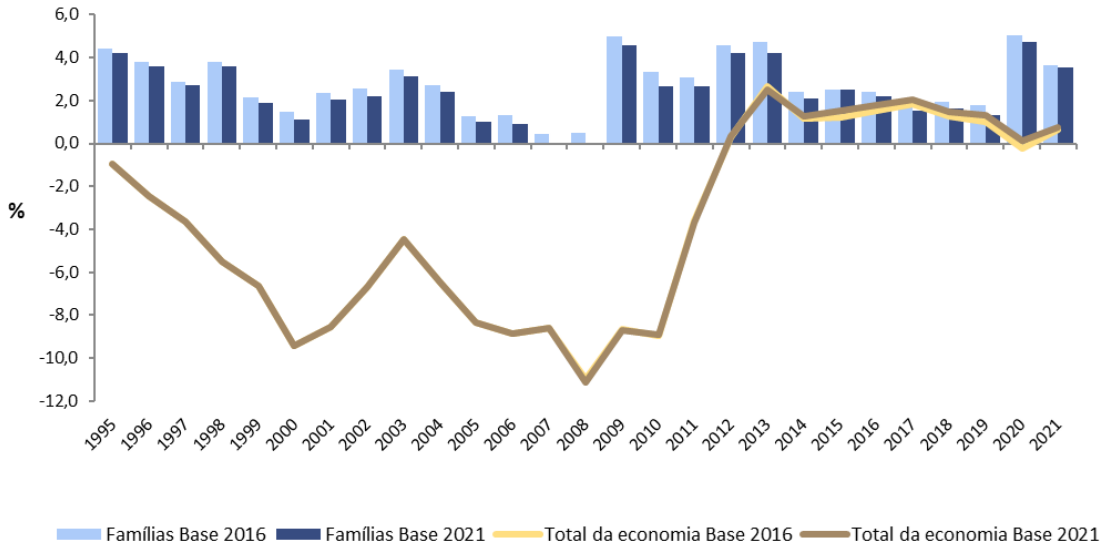
CONTAS NACIONAIS ANUAIS – 2022 (final) e 2023 (preliminar)

A Capacidade/necessidade de financiamento da economia portuguesa foi revista em alta em 0,1% do PIB

No período de 1995 a 2021, a Capacidade/necessidade de financiamento da economia foi revista ligeiramente em alta, registando um incremento médio anual de 0,1 p.p. relativamente à base 2016, em resultado sobretudo da revisão das séries da Balança de Pagamentos, que serão publicadas em outubro pelo Banco de Portugal.

Apesar da estabilidade dos resultados entre as duas bases, procedeu-se à revisão de algumas transações, nomeadamente associadas a ativos não produzidos e a operações de seguros, que determinaram um reajustamento dos saldos dos setores internos da economia[3]. O saldo das famílias sobre o PIB diminuiu em média 0,3 p.p., tendo como principal contrapartida o setor das sociedades não financeiras. Refira-se que a taxa de poupança das famílias não registou alterações significativas entre as duas bases, fixando-se num valor médio de 10,3% para o período 1995-2021.

Figura 2. Capacidade/ Necessidade de Financiamento – Base 2021 versus Base 2016



III – Principais resultados da Conta Anual Final de 2022 e da Conta Anual Preliminar de 2023

Em 2022, o PIB foi avaliado em 243 957 milhões de euros, com um crescimento em volume de 7,0%

O valor do PIB foi 243 957 milhões de euros em 2022[4] o que correspondeu a um aumento de 12,7% em valor, repartindo-se num crescimento de 7,0% em volume e numa variação dos preços implícitos no PIB de 5,3%.

O valor nominal do PIB foi reavaliado em 1 616 milhões de euros (+0,7%) por comparação com a base anterior, o que correspondeu a mais 0,5 p.p. de crescimento nominal, 0,2 p.p. em volume e 0,3 p.p. no deflator. Como

[3] A informação sobre as Contas de setores encontra-se anexa ao destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional (Base 2021), hoje publicado.
[4] Os valores de 2022 correspondem à versão final, tendo a anterior versão, divulgada em setembro de 2023, uma natureza provisória.

referido anteriormente, a revisão traduz duas diferenças de fundo face à versão provisória anteriormente divulgada: i) tem natureza de dados finais, utilizando maior volume e um maior grau de detalhe de informação estatística; ii) e, em menor grau, o efeito de mudança de base, que se traduziu num incremento de apenas 0,2% do PIB em 2021.

Quadro 3. Resultados e revisões para os principais agregados da despesa em 2022

	2022				
	Valor (10^6 €)		Revisão		
	Base 2016 (Po)	Base 2021	Valor (10^6 €)	%	Contributo(p.p.)
Despesa de consumo final residentes	**198 128**	**197 672**	**- 456**	**-0,23**	**-0,19**
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	155 564	155 215	- 349	-0,22	-0,14
Despesa de consumo final das AP (2)	42 564	42 456	- 108	-0,25	-0,04
Formação bruta de capital	**50 046**	**52 142**	**2 096**	**4,19**	**0,86**
Recursos biológicos cultivados	502	469	- 33	-6,59	-0,01
Outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento	10 394	10 708	314	3,02	0,13
Equipamento de transporte	3 257	3 279	22	0,69	0,01
Construção	27 012	27 595	583	2,16	0,24
Produtos de propriedade industrial	7 501	8 138	637	8,49	0,26
Aquisições líquidas de cessões de objetos de valor	178	173			0,00
Variação de existências	1 203	1 779			0,24
Exportações de bens e serviços	**120 199**	**120 714**	**515**	**0,43**	**0,21**
Exportação de bens (FOB) (3)	81 416	81 769	353	0,43	0,15
Exportação de serviços	38 782	38 946	164	0,42	0,07
Importações de bens e serviços	**126 032**	**126 571**	**539**	**0,43**	**-0,22**
Importação de bens (FOB) (3)	105 185	104 992	- 193	-0,18	0,08
Importações de serviços	20 847	21 579	732	3,51	-0,30
Produto Interno Bruto a preços de mercado	**242 341**	**243 957**	**1 616**	**0,67**	**0,67**

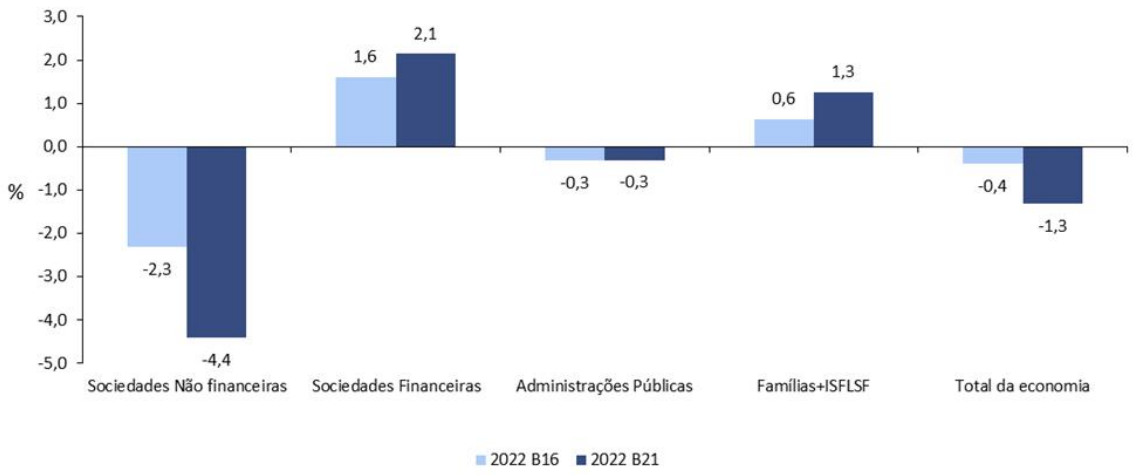
Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – "Free on Board"

A revisão do PIB para 2022 ficou a dever-se essencialmente à revisão em alta da FBC, com um contributo de 0,86 p.p., destacando-se os Produtos de propriedade intelectual, a Construção e as Outras máquinas e equipamentos, bem como a Variação de existências, com um contributo de 0,24 p.p. para a variação do PIB. Note-se que a reavaliação da Construção resulta, essencialmente, do efeito das alterações associadas à nova base (+527 milhões em 2021). Nos Produtos de propriedade intelectual, as alterações decorreram principalmente de revisões das fontes de informação utilizadas, nomeadamente a balança de serviços e da integração dos resultados finais do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

Em sentido contrário, observou-se um crescimento menos intenso da Despesa de consumo final dos residentes, quer a Despesa das famílias (-0,14 p.p.) quer a das Administrações Públicas (-0,04 p.p.). Por seu lado, as componentes da procura externa foram revistas ambas em alta em mais de 500 milhões de euros cada, anulando-se praticamente o seu efeito em termos de contributos para a revisão do PIB. Ainda assim, destaca-se a revisão de 732 milhões de euros nas importações de serviços.

Face aos resultados apurados anteriormente em base 2016, as revisões da capacidade/necessidade de financiamento para o total da economia e por setor institucional em 2022 foram mais substanciais que nos anos anteriores. No caso do total da economia, verificou-se um agravamento da necessidade de financiamento em consequência das revisões nos saldos dos rendimentos de propriedade com o exterior subjacentes à nova informação da Balança de Pagamentos. Por setor institucional interno, essa revisão refletiu-se sobretudo num agravamento do saldo das Sociedades não financeiras, enquanto os saldos das Sociedades financeiras e das Famílias (incluindo ISFLSF) aumentaram. A melhoria do saldo das Sociedades financeiras resultou em grande medida da revisão em alta do VAB, enquanto o aumento do saldo das Famílias refletiu a revisão em alta do rendimento disponível devido sobretudo à revisão das remunerações recebidas.

Figura 3. Capacidade/Necessidade de financiamento em 2022 por setor institucional na base 2016 e na base 2021



O PIB ter-se-á fixado em 267 384 milhões de euros em 2023, de acordo com a estimativa das contas preliminares

Em 2023 o PIB aumentou 9,6% em valor, para 267 384 milhões de euros, decompondo-se num crescimento real de 2,5% e um deflator implícito de 6,9%, o que significa mais 0,2 p.p. em volume, -0,2 p.p. em deflator e variação nominal idêntica aos resultados estimados em base 2016. O valor nominal do PIB foi revisto em 1 859 milhões de euros (0,7%).

Quadro 4. Resultados e revisões para os principais agregados da despesa em 2023 – dados preliminares

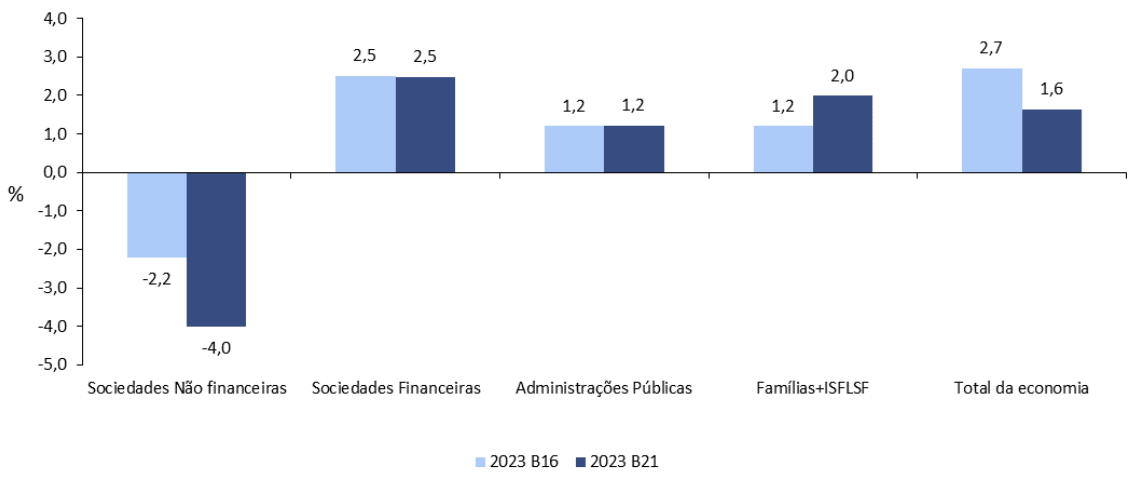
	2023 Pe					
	Valor (10^6 €)		variação valor (%)		variação em volume (%)	
	Base 2016	Base 2021	Base 2016	Base 2021	Base 2016	Base 2021
Despesa de consumo final residentes	**211 218**	**210 053**	**6,6**	**6,3**	**1,5**	**1,7**
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	166 092	165 200	6,8	6,4	1,6	2,0
Despesa de consumo final das AP (2)	45 126	44 853	6,0	5,6	1,0	0,6
Formação bruta de capital	**52 007**	**54 866**	**3,9**	**5,2**	**1,0**	**2,0**
Exportações de bens e serviços	**125 975**	**126 596**	**4,8**	**4,9**	**4,1**	**3,5**
Importações de bens e serviços	**123 675**	**124 130**	**-1,9**	**-1,9**	**2,2**	**1,7**
Produto Interno Bruto a preços de mercado	**265 525**	**267 384**	**9,6**	**9,6**	**2,3**	**2,5**

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas

A despesa de Consumo privado, em volume, cresceu 2,0%, +0,4 p.p. que a anterior estimativa, e o Consumo das Administrações Públicas variou 0,7%. O Investimento terá aumentado 2,0%, com as Máquinas e material de transporte a apresentarem o maior dinamismo (9,0%). As Exportações de bens e serviços progrediram 3,5% em volume, impulsionadas exclusivamente pela componente dos serviços (+10,7%), tendo os bens contraído 0,1%. As Importações apresentaram uma variação menor (1,7%), com os bens a aumentarem 1,2% e os serviços 4,2%.

Em 2023, a economia portuguesa recuperou a capacidade de financiamento (1,6%% do PIB), situação que vem apresentando desde 2012, exceto em 2022, ano em que registou necessidade de financiamento (1,3% do PIB). No ano em análise, com exceção das Sociedades não Financeiras, com necessidade de financiamento de 4,0% do PIB, todos os setores apresentaram saldo positivo. As Administrações Públicas registaram um saldo positivo de 1,2% do PIB, seguindo-se as Famílias e ISFLSF com 2,0% do PIB e as Sociedades Financeiras com 2,5% do PIB.

Figura 4. Capacidade/Necessidade de financiamento em 2023 por setor institucional na base 2011 e na base 2016



CONTAS NACIONAIS ANUAIS – 2022 (final) e 2023 (preliminar)

CAIXA: ECONOMIA NÃO OBSERVADA REPRESENTAVA 12% DO PIB EM 2021

O quadro conceptual que estabelece os princípios, definições e regras de registo na compilação de dados de Contas Nacionais, nos termos definidos pelo Sistema Europeu de Contas 2010, determina que toda a atividade produtiva deve ser registada, independentemente do seu caráter formal, informal ou mesmo ilegal, visando garantir a exaustividade do PIB[5], pelo que todos os países europeus integram, nas respetivas Contas Nacionais, estimativas fiáveis para todas as componentes não observadas da economia, incluindo as atividades ilegais de prostituição, contrabando e drogas.

Em 2021, o ano base da nova série das Contas Nacionais Portuguesas, o PIB ascendeu a 216 494 milhões de euros. Este montante pode decompor-se em duas parcelas: a "economia observada" e a "economia não observada" (ENO). A primeira resulta da integração de informação explícita e formalmente reportada ao Sistema Estatístico ou obtida a partir de fontes administrativas; a segunda resulta de informação estimada no âmbito do processo de compilação das Contas Nacionais.

Em 2021, a ENO representou cerca de 12% do total do PIB, representando uma redução de 5,1 p.p. ao longo dos últimos 10 anos, diminuição essa que se deveu essencialmente à componente designada de "exaustividade + *balancing*". O cálculo da ENO resulta quer de processos e métodos relativamente autónomos, como é o caso das rendas imputadas, ou da estimativa para empresas que apresentam Excedente bruto de exploração persistentemente negativos, quer do processo geral de compilação das Contas Nacionais que permite captar diversas parcelas de atividade não declarada.

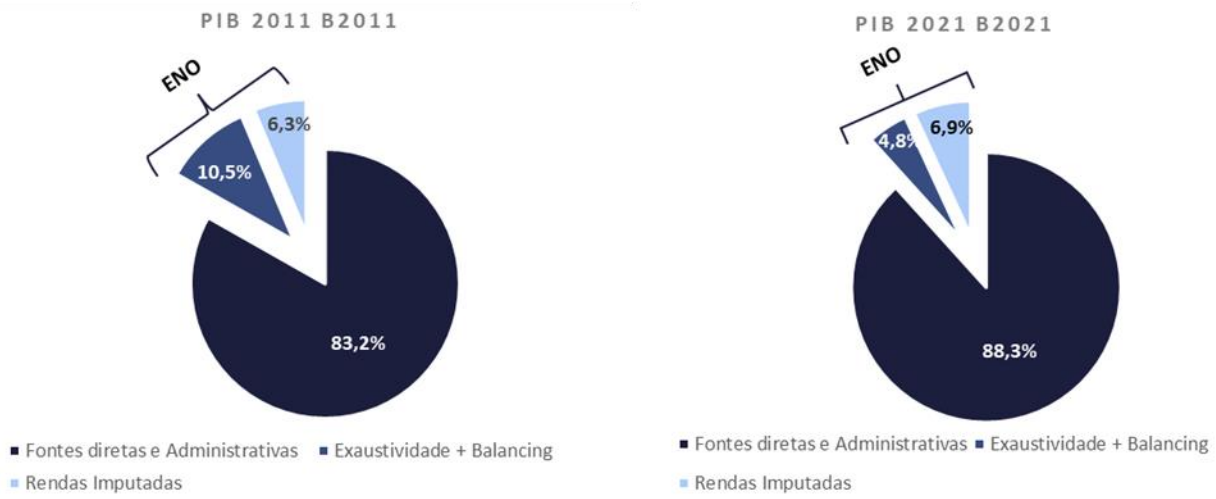
Em consequência, é importante referir que "estimativas do peso relativo da economia não registada" (ou equivalente) que não tenham em conta a inclusão de parcelas estimadas de atividade não declarada no valor do PIB publicado pelo INE, resultam em valores manifestamente sobreavaliados.

Adicionalmente, as metodologias geralmente utilizadas na elaboração de "estimativas do peso relativo da economia não registada" dependem de uma condição inicial exogenamente fixada e que se terá baseado em estudos realizados na década de 90 do século passado. Desde então, os dados de Contas Nacionais já passaram por diversos processos de mudança de base, com a inclusão de melhorias nos processos de apuramento, nomeadamente na estimação de atividade não declarada, que resultaram em significativas revisões em alta dos níveis do PIB.

Partindo da referida condição inicial, as "estimativas do peso relativo da economia não registada" expressam em geral uma tendência estrutural de crescimento dessa proporção, o que não é plausível e contraria conclusões obtidas a partir de outros instrumentos, como o *gap* do IVA. Este indicador mostra a diferença entre o IVA que se obteria aplicando as respetivas taxas aos níveis das utilizações de produtos calculados pelas Contas Nacionais e o IVA efetivamente recebido pelo sistema fiscal, e tem apresentado uma trajetória decrescente ao longo dos últimos anos, conforme divulgado anualmente pelo INE em sucessivos destaques sobre as estatísticas das receitas fiscais.

[5] Parágrafos 3.07 e 3.08 do Anexo A do Regulamento (UE) Nº 549/2013.

Figura 4. Composição do PIB 2011 B11 e do PIB 2021 B21, segundo a fonte de informação



A compilação das Contas Nacionais é um processo complexo e multidimensional, abrangendo nomeadamente a produção de contas regionais, contas trimestrais, contas por ramos de atividade e contas por setor institucional, com recurso a métodos e fontes diversas.

Todas estas dimensões são relevantes para a qualidade final das Contas Nacionais. No entanto, há um instrumento fundamental para assegurar a representação exaustiva da atividade económica que importa salientar: o Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações (QERU), elaborado a preços correntes e a preços do ano anterior. De forma simplificada, neste quadro, para cada produto específico, estabelece-se o equilíbrio entre a disponibilidade de bens e serviços (recursos) e a sua utilização.

Para preenchimento do QERU recorre-se a um conjunto numeroso e diversificado de fontes sendo de realçar:

- A Informação Empresarial Simplificada (IES), que envolve a entrega anual de um vasto conjunto de informação, sobretudo de natureza contabilística, a uma série de entidades (entre as quais, o INE), por parte de mais de 500 mil empresas, na sua esmagadora maioria com a forma jurídica de sociedades;
- As estatísticas do comércio internacional de bens, produzidas pelo INE;
- As estatísticas da Balança de Pagamentos, compiladas pelo Banco de Portugal;
- No domínio das finanças públicas, a Conta Geral do Estado e dados fiscais;
- Informação da Segurança Social, com destaque para a Declaração Mensal de Remuneração;
- Informação da Autoridade Tributária, com destaque para o e-fatura e a Declaração Mensal de Remuneração;
- Inquéritos de diferente natureza junto das famílias e das empresas (nomeadamente, do lado das famílias, o inquérito ao emprego e o inquérito às despesas das famílias, e do lado das empresas, inquéritos setoriais, como o inquérito anual à produção industrial) efetuados pelo INE;

- Índices de preços no consumidor, no produtor e do comércio internacional, apurados pelo INE.

O preenchimento do QERU a partir destas fontes não é naturalmente automático, procurando-se estabelecer, produto a produto, o equilíbrio entre recursos e utilizações: trata-se do processo de *balancing*. Com esse processo, confrontando-se os dados das fontes de informação pertinentes, pretende-se representar exaustivamente todos os recursos e todas as utilizações. Ou seja, neste contexto, a procura da exaustividade é efetuada a partir de análises específicas ao nível de cada produto, permitindo incorporar um volume significativo de informação e apresentá-lo de uma forma coerente, consistente e relativamente detalhada na sequência de quadros das Contas Nacionais. Em cada produto, no processo de cálculo, é possível avaliar o contributo das imputações e assim, por agregação, obter o valor da economia não observada registada nas Contas Nacionais. Em todo o caso, no processo de *balancing*, há um elemento comum a vários produtos que, a par da estimativa do valor dos serviços de habitação (rendas imputadas) prestados aos proprietários que vivem em casa própria, constitui um contributo crucial para a dimensão da economia não observada registada nas Contas Nacionais Portuguesas: o chamado "adicional de emprego" (Labour Gap, na terminologia inglesa do Eurostat).

Este procedimento foi implementado desde a base 1986 das Contas Nacionais Portuguesas, através do confronto de fontes de informação sobre o mercado de trabalho. Do lado da procura de trabalho, através de inquéritos às empresas (mais recentemente substituídos pela Informação Empresarial Simplificada), inquéritos setoriais, Quadros de Pessoal, Balanços Sociais e dados da Segurança Social, obtém-se uma indicação do nível de emprego na economia. Do lado da oferta de trabalho, através do Inquérito ao Emprego (calibrado com informação decenal dos Censos), obtém-se uma informação alternativa sobre o nível de emprego da economia. A primeira, baseada na informação proveniente das empresas, corresponde ao que se pode chamar como emprego estruturado; a segunda, baseada em informação proveniente das famílias, indica sistematicamente um nível superior de emprego, englobando consequentemente também emprego de natureza informal. A diferença entre aqueles dois níveis de emprego constitui o "adicional de emprego", que é repartido por diversos ramos de atividade económica, sendo-lhe imputado um valor de atividade económica. Esta imputação é, em regra, efetuada com base na produtividade média por unidade de trabalho observada nas empresas pertencentes aos estratos mais baixos de pessoal ao serviço. O "adicional emprego" é reconhecido como correspondendo às melhores práticas na União Europeia a este nível.